Educação Popular: Desafios Metodológicos

Leila Maria da Silva Blass, Silvia Maria Manfredi e Sonia P. Barros.
(Grupo de Educação Popular—URPLAN)

Como repensar, hoje, no Brasil, as principais funções da educação popular? Seria apenas o caso de recuperar as orientações e experiências de um passado recente? Como posicionar a educação popular no processo de educação da sociedade brasileira?

Estas e muitas outras questões costumam ser levantadas por todos aqueles que, de alguma forma, colaboram e/ ou atuam como educadores em atividades de educação popular. Não estando alheias a estes questionamentos, gostaríamos de expressar nosso ponto de vista sobre aqueles aspectos que julgamos ser os principais desafios da educação popular hoje. Talvez desapontemos aqueles que esperam algumas propostas operacionais de trabalho, que seguramente não as encontrarão descritas aqui. Se não as colocamos, não é porque não existem ou não estejamos preocupadas com tais propostas. Acontece, porem, que muitas delas ainda no foram suficientemente sistematizadas a ponto de constituírem propostas articuladas e globalizantes de ação.

Ainda que nossa contribuição através deste artigo constitua um passo na direção dessa articulação, gostaríamos de ressaltar a importância e a necessidade em se somar esforços no sentido de reunir teoria e prática numa estratégia de educação popular, estratégia esta que só pode ser construída coletivamente.

***

As atribuições da educação popular têm um caráter eminentemente histórico e, neste sentido, variam em função das características histórico-concretas de uma formação social e em decorrência das exigências específicas dos movimento operário e sindical em particular.

No atual momento histórico político brasileiro, a educação popular pode transformar-se numa prática social significativa desde que a redefinição de suas atribuições se opere a partir da ótica das classes trabalhadoras e da exigências colocadas por suas lutas, para fazer valer um conjunto de reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho e de pressões para uma participação maior nas decisões políticas.

As contribuições de Antonio Gramsci tornam-se bastante importantes nesta análise, na medida em que o autor destaca o papel fundamental desempenhado pelo fenômeno educativo na construção e articulação da hegemonia política das classes trabalhadoras – com o surgimento de uma nova cultura e uma nova concepção de mundo – que é gestada por estas classes no interior mesmo da sociedade capitalista.

As considerações feitas acima permitem estabelecer alguns princípios norteadores para a discussão das principais funções da educação popular no Brasil hoje.

1. A Educação Popular enquanto uma prática autônoma.

A classe dominante, ou uma de suas frações, promove a sua direção política e sua hegemonia obtendo a adesão ativa do conjunto das classes sociais as suas decisões políticas, num determinado momento de uma formação social capitalista, utilizando-se, ao mesmo tempo, de instituições repressivas e culturais. A escola, nessa perspectiva, aparece como um veículo privilegiado para a divulgação e transmissão dos seus

valores e representações junto às classes trabalhadoras, cuja concepção de mundo se apresenta heteróclita e desarticulada devido a mescla de valores, idéias e ideais próprios com elementos constitutivos da ideologia dominante.

Em vista do exposto, pode-se afirmar que um prática educativa que pretende partir e ter como seu fim último os interesses das classes trabalhadoras deveria caracterizar-se, do ponto de vista ideológico, como autônoma e independente. Utilizando a expressão de Gramsci deveria "ter metas e limites de classes ''. [[1]] Quer dizer, essa prática educativa teria como objetivo fundamental, embora tomando como ponto de partida os interesses específicos e imediatos da classe trabalhadora, levar os diferentes grupos que a compõe a perceber também os seus interesses mais gerais e o papel histórico a desempenhar no processo de transformação social da sociedade capitalista, como um todo.

Isso implicaria, portanto, em que adquirissem um novo saber, uma nova consciência que apenas teriam efeitos históricos significativos quando incorporados no seu cotidiano e transformados, paulatinamente, em novas formas de agir. Seria uma busca de práticas educativas que, como mostra Gramsci, "permita uma tomada de consciência dos fins imediatos e supremos e de como tal consciência poderia ser revertida em atos". [[2]]

Ora, uma educação pautada por tais objetivos só poderá ser assumida de forma contínua e efetiva se estiver a cargo das organizações geridas pelas próprias classes trabalhadoras. Desse aspecto deriva uma outra dimensão importante relacionada com a questão da autonomia ideológica, qual seja: a necessidade das lideranças e dirigentes dos trabalhadores promoverem, fomentarem e assumirem novas formas de educação popular no interior de suas organizações e movimentos. É nesse estrito sentido, que a educação popular se realiza a partir da ótica das classes trabalhadoras e do conjunto das lutas desenvolvidas por elas numa formação social capitalista.

2. A Educação popular e a construção de um saber-instrumento.

Quando se pensa na redefinição das metas e objetivos de uma educação voltada para os interesses das classes trabalhadoras deve se repensar, também, os métodos e os conteúdos englobados nesse processo educativo.

A transmissão de um conjunto de conhecimentos, de um saber pronto e acabado, desvinculado do cotidiano daqueles a quem se destina, sempre ocupou o primeiro plano das preocupações de uma educação voltada basicamente para a consolidação e manutenção da dominação econômica e político-ideológica na sociedade capitalista.

A própria divisão social e especialização do trabalho no processo de produção capitalista impede que cada trabalhador, membro desse processo, se situe como parte dele e veja o produto final como fruto do trabalho de todos; fornece-lhe uma visão compartimentalizada e individualizada do próprio processo de trabalho em que está inserido.

Essa visão fragmentária dificulta o surgimento de uma concepção de mundo homogênea e articulada por parte das classes trabalhadoras. A classe dominante, além disso, empreende uma ação contínua através de vários aparelhos estatais, no sentido de desorganizar politicamente essas classes, seja transformando suas reivindicações imediatas em necessidades estatais, seja eliminando suas lideranças e organizações políticas.

A história e o saber das classes dominadas, por estas razões, apresentam-se descontínuos e fragmentados.

Uma educação comprometida com o interesse das classes trabalhadoras deve ter como uma de suas preocupações básicas a criação de condições para que estas articulem suas diversas experiência históricas e as formas atomizadas de seu conhecimento num todo homogêneo, para que possam elaborar uma nova concepção de mundo.

Ora, se o que se busca não é mais o saber construído pela classe dominante, que saber seria este, então? Do ponto de vista de uma educação que se propõe como autônoma e independente, a construção desse novo conhecimento só poderia se da a partir da sistematização e divulgação de um saber que se inscreve nas experiências cotidianas das classes trabalhadoras e que surge, ainda que desarticulada, destas mesmas.

A elaboração deste novo saber, que não se realiza naturalmente, exige uma troca recíproca de experiências e conhecimentos entre educadores e grupos de trabalhadores. Supõe, como diria Gramsci, um novo tipo de intelectual "**...** que não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador persuasor permanente, já que não apenas orador puro...".[[3]]

Essa nova relação entre educadores e grupos de trabalhadores leva também a uma redefinição do próprio método de trabalho popular, isto é, impõe a necessidade de ir em busca de novas propostas metodológicas que permitam que trabalhadores se percebam: a) como produtores de conhecimentos; b) como articuladores de um novo tipo de conhecimento que emane de suas práticas sociais, econômicas e políticas; c) como agentes de um processo de rearticulação de um novo modo de pensar e agir, redefinido a partir de uma tomada de consciência de sua perspectiva de classe.

3. Educação Popular e o exercício da capacidade de direção.

As classes trabalhadoras preparam o exercício de sua capacidade dirigente em vários momentos e em níveis diferentes, mesmo que as suas tentativas e lutas, nesse sentido, nem sempre obtenham o sucesso histórico esperado.

A preparação da sua capacidade de direção política – de sua hegemonia – realiza-se, primordialmente, através de suas lutas econômica e políticas em torno de seus interesses específicos de classes e de sua participação e atuação em movimento sociais, em organizações políticas e partidárias. No entanto, ela decorre também de treino de certas habilidades, em geral, bastante estimuladas nas famílias da classe dominante, mas rechaçadas entre das classes trabalhadoras, socializadas para ser e aceitar a submissão como uma qualidade necessária.

A educação popular pode, justamente, auxiliar essas classes na preparação de sua capacidade dirigente, fornecendo um instrumental básico a seus líderes e dirigentes para que possam por si mesmos assumir e executar mais eficazmente uma série de tarefas no interior de suas organizações políticas. Deveria, assim, estimular e promover o treino de habilidade necessárias para esse desempenho, tais como: a habilidade de expressão e comunicação, a de coordenador de debates, a de organizar atividades, a de selecionar, coletar, reunir e sistematizar informações e dados, a de relacionar dados e fatos, etc.

Uma educação popular, que tivesse como objetivos centrais: propiciar condições para que as classes trabalhadoras recriem e divulguem um novo tipo de saber, e, possibilitar o desenvolvimento de certas habilidades necessárias ao exercício da capacidade dirigente, poderia vir a se constituir numa prática que servisse de ponte para garantir o que propõe Manacorda, "... a unidade entre a instrução e trabalho, educação e instrução, aquisição da capacidade de direção e da capacidade produção". [[4]]

A educação não parece, reduzida, portanto, a simples transmissão e acúmulo de conhecimentos e informações com vistas a uma qualificação maior do trabalhadores, mas passa a ser necessária para o exercício da direção política, para a construção de uma nova concepção de mundo e de uma nova sociedade. Para tanto, como acentua Gramsci, a experiência educativa "... não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada " cidadão" possa se tornar "governante" e que a sociedade o coloque, ainda que "abstratamente", nas condições gerais de pode fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido do governo com o consentimento dos governantes), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessária ao fim de governar..." [[5]]

Uma educação popular que tente nortear suas atividades por esses princípios, teria, consequentemente, de se preocupar também em reinventar e/ ou incorporar novos procedimentos metodológicos. Contudo, eles devem ser elaborados e executados conjuntamente com as lideranças e dirigentes das classes trabalhadoras e tomar como ponto de partida as experiências cotidianas e históricas dessas classes.

A definição das atribuições da educação popular hoje, no Brasil, possui, portanto, implicações políticas distintas em comparação com outros momentos históricos do passado. Além disso, as propostas aqui apresentadas, colocam quando se defronta com a exigência e necessidade de se reinventar seus procedimentos técnico pedagógicos.

Bibliografia

BEZERRA, Aída. "As atividades em Educação Popular". *Revista CEI*, Suplemento 22, Tempo e Presença Editorial Ltda, Rio de Janeiro, out. 1978.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "Da Educação Fundamental ao Fundamental na Educação", *Revista Proposta*, Suplemento no. 1, Fase, Rio de Janeiro, set. 1977.

BROCCOLI, Angelo. *Antonio Gramsci y la Educación como Hegemonia*, México, Editorial Nueva Imagen, 1977.

COSTA, Beatriz B. "Para Analisar uma Prática de Educação Popular", Revista CEI, Suplemento 17, Tempo e Presença Editora, Rio de Janeiro, abril 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1978.

MANACORDA, Mario A. (org.) *L'Alternativa Pedagogica*. La Nuova Italia Editrice, Firenze, 2ª ed., 1975.

MANACORDA, Mario A. (org.) *Princípios Educativos in Gramsci*, Armando Editore, Roma, 1976.

VALLE, Edênio e QUEIRÓZ, José L. (org.) A Cultura do Povo, Cortez & Moraes e EDUC, São Paulo, 1979.

---

[1] Gramsci, Antonio. “Per un’associazione de cultura” – Avanti, 18/12/17, citado in Manacorda, Mario A. – L’Alternativa Pedagógica, p. 89.

[2] Gramsci, Antonio. “La Scuola di Partito”. L’Ordine Nuovo – 1° de Abril de 1925, citado in Manacorda, Mario A. – *op. cit.*, p. 97.

[3] Gramsci, Antonio – *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, p. 8.

[4] Manacorda, Mario A. – *op. cit.*, p.135.

[5] Gramsci, Antonio – *Os intelectuais...*, p. 137.